



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Relatório da Entidade das Contas e dos Financiamentos Políticos (ECFP) com as Conclusões dos Trabalhos de Revisão/Procedimentos de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) referentes ao ano de 2008.

PARTIDO ECOLOGISTA “OS VERDES” – PEV

A. METODOLOGIA ADOPTADA

1. Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2008 do **Partido Ecologista “Os Verdes”**, doravante referido por PEV ou apenas Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:

- (i) aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras efectuada pela ECFP;
- (ii) procedimentos de revisão limitada aplicados por AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades cujos saldos/transacções foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Plano Oficial de

Contabilidade (POC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; (v) aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das demonstrações financeiras e (vi) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram verificar o grau de cumprimento por parte do Partido dos preceitos legais.

2. O relatório final emitido por AB – António Bernardo, com data de 30 de Setembro de 2009, incluído em Anexo, faz parte integrante deste Relatório da ECFP, sendo a sua leitura indispensável para uma integral compreensão dos assuntos neste tratados.
3. O Relatório de Auditoria que a ECFP ora envia à apreciação do **PEV**, para além de apresentar na Secção B, uma análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detectados em resultado do trabalho de análise efectuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da actividade do PEV em 2008. Na Secção D é apresentada a Conclusão formal do trabalho e na Secção E é apresentada a Ênfase, no âmbito da Conclusão.
4. A ECFP solicita ao PEV que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas nas Secções B e C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manter-se-ão as conclusões constantes deste Relatório no Parecer a emitir.
5. De entre as incorrecções, situações anómalas e de falta de informação identificadas pela ECFP e por AB – António Bernardo no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas Anuais de 2008, salientam-se, pela sua materialidade e gravidade, as seguintes:
 - É impossível à ECFP confirmar a origem das receitas do Partido (ver Ponto 1 da Secção C);
 - O resultado do exercício encontra-se sobreavaliado pelo facto da Subvenção Estatal ter sido registada por montante superior (ver Ponto 2 da Secção C);

- O resultado do exercício e os capitais próprios encontram-se sobreavaliados por não terem sido registadas coimas ou estimativas de coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional (ver Ponto 3 da Secção C);
- Não foram obtidas todas as respostas aos pedidos de confirmação de saldos e transacções de todos os devedores e credores circularizados (ver Ponto 4 da Secção C);
- O resultado do exercício encontra-se sobreavaliado pelo facto de não ter sido registada a estimativa de férias, subsídio de férias e respectivos encargos referente ao empregado contratado em 2008 (ver Ponto 5 da Secção C);
- Existem deficiências no suporte documental de custos (ver Ponto 6 da Secção C); e
- Eventual devolução do montante do IVA reembolsado no âmbito das Campanhas Eleitorais e que tenha sido objecto de Subvenção Estatal. Impossibilidade de quantificar com exactidão tais montantes face à informação disponível (ver Ponto 7 da Secção C).

B. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008 do PEV e submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional compreendem o Balanço (que evidencia um total de activo de 196.425 euros e um total de capital próprio de 190.284 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 4.986 euros), a Demonstração de Resultados relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de proveitos de 267.079 euros e um total de custos de 262.093 euros), e o Anexo com as correspondentes Notas explicativas.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

ACTIVO	31-12-2008	31-12-2007
Imobilizado		
Imobilizado Corpóreo	102.687	101.458
Amortizações Acumuladas	-92.223	-81.425
	<u>10.464</u>	<u>20.033</u>
Dívidas de Terceiros		
Estado e O. E. Públicos	6.565	16.297
Outros Devedores	8.795	13.841
	<u>15.360</u>	<u>30.138</u>
Disponibilidades		
Dep. Bancários (a prazo)	140.874	121.017
Dep. Bancários (à ordem)	22.956	17.488
Caixa	508	601

	164.338	139.106
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Proveitos	2.293	833
Custos Diferidos	3.970	3.838
	6.263	4.671
	196.425	193.949
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-12-2008	31-12-2007
Capital Próprio		
Resultados Transitados	185.298	182.962
Resultado Líquido do Exercício	4.986	2.336
	190.284	185.298
Passivo		
Dívidas a Terceiros		
Estado e O. E. Públicos	1.465	919
Outros Credores	4.437	7.512
	5.902	8.431
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	239	220
Proveitos Diferidos	239	220
	196.425	193.949

Demonstração dos Resultados relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008

PROVEITOS	2008	2007
ACTIVIDADE CORRENTE		
Contribuições	58.125	51.560
Subvenção da Assembleia da República	204.643	193.594
Proveitos e Ganhos Financeiros	4.256	1.846
Proveitos e Ganhos Extraordinários	55	69
	267.079	247.069

CUSTOS	2008	2007
ACTIVIDADE CORRENTE		
Fornecimentos e Serviços Externos	196.991	217.171
Custos com o Pessoal	28.112	1.436
Amortizações e Ajustamentos do Exercício	10.799	15.260
Impostos	32	60
Outros Custos e Perdas Operacionais	16.954	6.699
Custos e Perdas Financeiros	589	754
Custos e Perdas Extraordinários	8.616	3.353
	262.093	244.733

	2008	2007
Resultado Líquido do Exercício	4.986	2.336

A Subvenção recebida da Assembleia da República em 2008, no valor de 195.304 euros, conforme Ofício n.º 608/GABSG/2009, de 24 de Junho,

emanado da Assembleia da República assegura a cobertura de 74,5 % dos custos totais incorridos pelo PEV em 2008.

De salientar que, nas contas do Partido foi registado o montante de 204.643 euros referente ao valor de Subvenção Estatal recebida da Assembleia da República (ver Ponto 2 da Secção C). Solicita-se que o Partido esclareça a divergência existente, de 9.339 euros, entre o montante atribuído pela Assembleia da República e o montante registado em Proveitos, na rubrica de "Prestação de Serviços".

2. As Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 2008 e 2007 não são comparáveis, uma vez que as Contas de 2008, para além de reflectirem o efeito da actividade corrente do Partido, reflectem, também os efeitos da actividade de Campanha desenvolvida pelo Partido no âmbito da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 19 de Outubro de 2008.

Quanto às Contas de 2007, para além de reflectirem o efeito da actividade corrente do Partido, reflectem, também, os efeitos das actividades de Campanha desenvolvidas pelo Partido no âmbito da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, de 6 de Maio de 2007, da Eleição Intercalar Autárquica para a Câmara Municipal de Lisboa, de 15 de Julho de 2007 e o efeito da actividade de Campanha desenvolvida pelo Partido relacionada com o Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em 11 de Fevereiro de 2007.

Os resultados apurados nestes exercícios decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RESULTADO DA ACTIVIDADE CORRENTE	19.434	27.355
ACTIVIDADES DE CAMPANHA		
RESULTADO DA ACTIVIDADE CAMPANHA – Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez 2007	-	- 21.306
RESULTADO DA ACTIVIDADE CAMPANHA – Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa 2007	-	-2.500
RESULTADO DA ACTIVIDADE CAMPANHA – Legislativas Regionais Extraordinárias da Madeira de 2007	-	-1.213
RESULTADO DA ACTIVIDADE CAMPANHA – Assembleia Região Autónoma dos Açores de 2008	-14.448	-
	<u>4.986</u>	<u>2.336</u>

Relativamente à Actividade da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, o montante registado nas Contas do Partido, na rubrica de Outros Custos Operacionais, é de 14.448 euros. De acordo com o Relatório de Gestão de 2008, esse montante é considerado como a comparticipação do PEV para a CDU.

A ECFP solicita que indiquem quais os proveitos e quais os custos suportados pelo PEV nesta Campanha que deram origem a esta comparticipação do PEV para a CDU e como foram eles apurados.

Adicionalmente, a rubrica de Outros Devedores inclui o montante de 6.452 euros referente ao montante que o Partido tem a recuperar da CDU, relativamente à sua quota-parte da Subvenção para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A ECFP solicita informação sobre o cálculo efectuado. Solicita-se, também, que informem se o referido montante já foi recebido em 2009. Caso tenha sido recebido, solicita-se o envio do respectivo documento comprovativo.

3. O Balanço do PEV, reportado a 31 de Dezembro de 2008, apresenta Activos Totais Líquidos de 196.425 euros (193.949 de euros em 2007). Os saldos são os seguintes:

- Imobilizações Corpóreas – valor líquido de amortizações - (10.464 euros em 2008; 20.033 euros em 2007). As adições do exercício, no montante de 1.230 euros, referem-se essencialmente à aquisição de mobiliário diverso e equipamento informático. O decréscimo verificado relaciona-se com as amortizações do exercício que ascenderam a 10.799 euros.
- Estado e Outros Entes Públicos - (6.565 euros em 2008; 16.297 euros em 2007) é referente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar referente aos trimestres terminados em de Junho, Setembro e Dezembro de 2008. Foi verificado que em Maio de 2009 já foram recebidos 1.749 euros.

Solicita-se que o Partido informe se já foi, entretanto, reembolsado dos outros montantes de 2008 e que envie à ECFP a prova documental dos valores recebidos dos Serviços do IVA.

Foi verificado que relativamente aos pedidos de reembolso de IVA, que transitaram de 2007, o montante de 3.796 euros não foi aceite pela Administração Fiscal. Os valores de IVA registados em Custos Extraordinários, referem-se a essa situação.

Solicita-se que indiquem se alguns dos reembolsos recebidos de IVA respeitam às despesas incorridas nas Legislativas ou Autárquicas de 2005 e se/quando é que estes reembolsos foram solicitados e recebidos. Solicita-se, também, que confirmem se as Despesas das Campanhas Legislativas e Autárquicas de 2005 foram ou não apresentadas à Assembleia da República e ao Tribunal Constitucional com IVA incluído e se as Subvenções recebidas do Estado relativamente a estas Campanhas de 2005 incidiram sobre despesas com IVA, cujo reembolso havia sido pedido/obtido. Idêntico pedido se formula em relação à Campanha eleitoral ocorrida em 2007 para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e em 2008 para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ver Ponto 6 da Secção C).

- Outros Devedores – (8.795 euros em 2008; 13.841 euros em 2007) inclui o valor de 6.452 euros referente ao montante que o Partido tem a recuperar da CDU, relativamente à sua quota-parte da Subvenção relativa à Eleição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- Depósitos Bancários (164.338 euros em 2008; 139.106 euros em 2007). Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de Disponibilidades é composta pelos saldos: (i) de depósitos bancários a prazo, no montante de 140.874 euros (121.017 euros em 2007), (ii) de depósitos bancários à ordem, no montante de 22.956 euros (17.488 euros em 2007) e (iii) de caixa no montante de 508 euros (601 euros em 2007). Os saldos de depósitos a prazo e de depósitos à ordem foram confirmados pelo Banco em referência a 31 de Dezembro de 2008. Os saldos de depósitos à ordem apresentados foram devidamente reconciliados com os saldos do Banco em referência ao final do ano.

O saldo de Caixa é composto pelos saldos das caixas da Sede, Porto, Santarém, Ecolojovem e da caixa moeda estrangeira.

- Acréscimo de Proveitos – (2.293 euros em 2008; 834 euros em 2007) referente à estimativa dos juros de depósitos a prazo, a receber em 2009, relativos a 2008.
- Custos Diferidos – (3.970 euros em 2008; 3.838 euros em 2007) referente à especialização de diversos custos, nomeadamente rendas, seguros, assinatura de jornal, etc., cobrados em 2008 e, relativos a 2009.

4. Os Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2008 apresentam um valor positivo de 190.284 euros, (185.298 euros em 2007).

	31-12-2007	Aumentos	Transferências	31-12-2008
Capital Próprio				
Resultados Transitados	182.962	-	2.336	185.298
Resultado Líquido do Exercício	2.336	4.986	-2.336	4.986
	185.298	4.986	-	190.284

De referir que se se expurgar aos resultados apurados no ano de 2008, o efeito da actividade de Campanha desenvolvida pelo Partido, no âmbito da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, e aos resultados apurados no ano de 2007 os efeitos das actividades das Campanhas desenvolvidas pelo Partido, no âmbito da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, de 6 de Maio de 2007, das Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa, de 15 de Julho de 2007 e do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), de 11 de Fevereiro de 2007, obtêm-se os seguintes valores para o resultado corrente obtido pelo PEV em cada um desses anos:

	2008	2007
Resultado – Referentes às actividades correntes do Partido	19.434	27.355

5. O Passivo do PEV, em 31 de Dezembro de 2008, era de 6.141 euros (8.651 euros em 2007).

A diminuição do Passivo é explicada, essencialmente, pela conjugação da variação das seguintes rubricas:

- decréscimo da rubrica "Outros Credores" que passou de 7.512 euros em finais de 2007 para 4.437 euros em 2008. Nesta rubrica foram registados

os fornecimentos efectuados em Dezembro e, liquidados em Janeiro de 2009. Foram enviados pedidos de confirmação de saldos e as respostas recebidas foram concordantes com os saldos registados na contabilidade do Partido. Não foram ainda obtidas todas as respostas (ver Ponto 4 da Secção C).

- acréscimo da rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" - (1.465 euros em 2008; 919 euros em 2007). O montante registado, nesta rubrica, corresponde ao IRS sobre rendimentos do trabalho dependente (249 euros) dos meses de Abril, Novembro e Dezembro, rendimentos profissionais (30 euros) do mês de Novembro de 2008 e Contribuições para a Segurança Social (707 euros) referente ao mês de Dezembro. Em referência a 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por liquidar 121 euros de IRS do trabalho dependente correspondente ao subsídio de Natal, pago no mês de Novembro de 2008.

Solicita-se uma justificação para a situação do atraso das entregas das retenções ao Estado. Caso a situação já se encontre regularizada, solicita-se que sejam enviados os respectivos documentos comprovativos do pagamento.

- a rubrica de "Acréscimos de Custos" - (239 euros em 2009; 220 euros em 2007) não reflecte o montante da estimativa referente a férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar em 2009 do empregado contratado no exercício de 2008 (ver Ponto 5 da Secção C). Solicita-se informação quantificada sobre o referido montante.

6. Pela leitura das Contas, verifica-se que o resultado da Actividade Corrente do Partido em 2008 decresceu cerca de 29% relativamente ao exercício anterior, no mesmo período. Para essa situação contribuíram:

- O acréscimo dos Proveitos (267.079 euros em 2008 e 244.627 euros em 2007, expurgado do efeito das Contribuições para o Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, no montante de 2.443 euros) relaciona-se, essencialmente, com (i) o acréscimo de cerca de 11% das contribuições de Filiados e de Representantes Eleitos, (ii) o acréscimo de cerca de 6% das Subvenções estatais e (iii) o acréscimo de cerca de

130% dos proveitos e ganhos financeiros referentes aos juros dos depósitos a prazo.

De acordo com o Ofício n.º 608/GABSG/2009, de 24 de Junho, emanado da Assembleia da República, o montante da Subvenção Estatal atribuída ao PEV no ano de 2008 foi de 195.304 euros. Foi verificado que o PEV registou nas Contas o montante de 204.643 euros (ver Ponto 2 da Secção C), apresentando-se, assim, o resultado sobreavaliado no montante de 9.339 euros. Solicita-se que o Partido informe a ECFP sobre as razões da referida divergência e, remeta documentação comprovativa desse recebimento.

- O ligeiro acréscimo dos custos reflectidos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (196.991 euros em 2008 e 193.422 euros em 2007, expurgado do efeito das despesas com a Campanha do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, no montante de 23.749 euros);
- O acentuado acréscimo dos Custos com o Pessoal (28.112 euros em 2008 e 1.436 em 2007). Em 2007, o valor dessa rubrica era referente a seguros de acidentes de trabalho. Contudo, o Partido não apresentava quaisquer custos com o pessoal, por as funções administrativas estarem asseguradas por militantes e assessores dos deputados do Partido na Assembleia da República e remunerados por essa entidade. Em 2008, o Partido procedeu à contratação de um empregado.
- Decréscimo dos Custos com Amortizações – (10.799 euros em 2008 e 15.260 euros em 2007);
- Acréscimo do valor da rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias – (8.616 euros em 2008 e 3.353 euros em 2007). O montante registado encontra-se influenciado pelo reconhecimento do montante de 4.387 euros relacionado com o pagamento da coima aplicada pelo Tribunal Constitucional referente à prestação de 2004 e ao reconhecimento do montante de 3.796 euros relacionado com o IVA não reembolsado referente ao exercício de 2006.
- O reflexo nas contas anuais do Partido da actividade da campanha eleitoral ocorrida em 2008 (Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores) é o seguinte:

	Contas Campanha	Contas Anuais 2008	Diferença	Comentário
<u>Contas Legislativas Regionais Açores</u>				
Proveitos				
- Contribuições do Partido	0	0	0	
- Angariação de Fundos	0	0	0	
- Subvenção Estatal	0	0	0	
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	
Custos				
- Outros Custos Operacionais		14.448		Comparticipação do PEV no resultado da Campanha
		<u>14.448</u>		
Resultado da Campanha		<u>-14.448</u>		

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções e Incumprimentos Verificados Relativamente à Actividade do Partido. Situações de Impossibilidade de Conclusão, Erros ou Incumprimentos detectados

1. Impossibilidade de Confirmar a Origem das Receitas do Partido

De acordo com os n.º 2 e n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003 as receitas próprias dos Partidos Políticos, quando em numerário, são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem. Exceptuam-se os montantes de valor inferior a 25% do salário mínimo mensal nacional e desde que, no período de um ano, não ultrapassem 50 salários mínimos mensais nacionais.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.2- que:

"Nalguns casos, nem as transferências nem os depósitos bancários identificam o pagador, sendo os respectivos NIFs colocados a posteriori nos versos das folhas das transferências ou dos talões de depósito:

*(conforme **análise à conta 72.1.1**), no total de 655,00 € para as quotas;*

*(conforme **análise à conta 72.1.2**), no total de 4.145,57 € para as contribuições de filiados;*

(conforme **análise à conta 72.1.3**), no total de 23.437,19 €, para as contribuições de representantes eleitos;

(conforme **análise à conta 72.1.5**) no total de 280,00 €;

Foram detectados lançamentos suportados apenas com os recibos, sem qualquer documento comprovativo de transferência ou depósito bancário:

(conforme **análise da conta 72.1.2**), no total de 504,98 € e (conforme **análise da conta 72.1.3**) no total de 2.238,09 €;

Existem, casos de filiados em que as suas contribuições não são feitas a título pessoal mas pagas pelas entidades onde se encontram colocados, transferências efectuadas pela CNE (conforme **análise à conta 72.1.2**), no total de 159,76 €;

E existem também casos de representantes eleitos em que as suas contribuições não são feitas a título pessoal mas pagas pelas entidades onde se encontram colocados, como é o caso dos eleitos nas C.M. de Lisboa e C.M. da Moita e da C.N.E.:

(conforme **análise à conta 72.1.3**), no total de 8.989,59 €;"

A ECFP solicita ao PEV que envie prova da origem das receitas identificadas no relatório de auditoria de AB – António Bernardo de acordo com o articulado no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

Adicionalmente, solicita-se comentário sobre o facto de algumas contribuições serem pagas pelas entidades em que se encontram colocados os representantes eleitos, não sendo, assim, cumprido o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei 19/2003 e incorrendo o PEV numa infracção prevista no n.º 1 do art.º 8.º da mesma Lei, que proíbe o recebimento de donativos de pessoas colectivas (as contribuições de filiados e de representantes eleitos – tal como de qualquer outra pessoa, terão que ser feitas a título pessoal e não do modo como estão a ser feitas ou por meio de endosso de cheques da CNE ou de Câmaras Municipais – a ECFP percebe a razão do procedimento acima enunciado, mas não pode aceitar que a lei não seja cumprida).

2. Subvenção Estatal Registada por Montante Superior – Receitas e Resultado Sobreavaliados

As Contas do Partido evidenciam receitas, no montante de 204.643 euros, relacionadas com a Subvenção Estatal. Esse montante não corresponde ao indicado no Ofício da Assembleia da República nº 608/GABSG/2009, de 24 de Junho, cujo montante pago ao PEV foi de 195.304 euros, verificando-se uma diferença de 9.339 euros.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.2- que:

“Existência de divergência entre o valor contabilizado a título de subvenção, no ano de 2008, e o valor registado em documento fornecido pela Assembleia da República (conforme **análise à conta 72.2.1**), no valor de 9.339,19 €, registados a mais, pelo P.E.V.”

Face ao exposto, o valor da Subvenção Estatal reflectido, como receita, nas Contas Anuais e o resultado do exercício apresentado encontram-se sobreavaliados em 9.339 euros.

Solicita-se a eventual contestação.

3. Resultado do Exercício e Capitais Próprios Sobreavaliados – Não Registo de Coimas ou de Estimativas para Eventuais Coimas Aplicadas pelo Tribunal Constitucional Relativas ao Exercício e a Exercícios Anteriores

O PEV registou nas Contas Anuais de 2008, o montante referente à multa aplicada ao Partido pelo Tribunal Constitucional, referente à prestação de contas do exercício de 2004 que, conforme o Acórdão n.º 236/08, de 22 de Abril, ascendeu a 4.387 euros.

No entanto, o Partido não registou nas Contas Anuais de 2008 a quota – parte das coimas aplicadas ao Partido (enquanto membro da Coligação Democrática Unitária – CDU), pelo Tribunal Constitucional, referente às Eleições Legislativas de 2005 que, conforme o Acórdão n.º 417/2007, de 18 de Julho, ascende ao montante global de 15.737 euros (PCP e PEV) – podendo e devendo fazê-lo, já que a coima foi notificada ao Partido antes do encerramento das Contas de 2008, pelo que deveria estar contabilizada na parte imputada ao PEV, solicitando a ECFP que seja indicado qual o montante da sua quota – parte.

Por outro lado, o PEV também não registou, nas Contas Anuais de 2008, a sua quota-parte da coima referente ao processo de prestação de contas das Eleições Autárquicas de 2005, que conforme o Acórdão n.º 87/2010, de 3 de Março, ascende ao montante global de 20.000 euros (PCP e PEV) – neste último caso não podendo fazê-lo por desconhecimento, muito embora a ECFP entenda que o PEV deveria ter feito uma provisão.

O Partido apenas regista como custo as multas que lhe são aplicadas pelo Tribunal Constitucional na data em que estas lhe são notificadas. Assim, para além de uma sobreavaliação do resultado do exercício relativamente ao não reconhecimento da quota parte do PEV, da coima aplicadas pelo Tribunal Constitucional relativa às Eleições Legislativas, existe a coima entretanto conhecida relativamente às Autárquicas de 2005 e poderão existir outras coimas relativas aos exercícios de 2005 a 2008 e aos actos eleitorais de 2007 e 2008, eventualmente ainda não apuradas e, consequentemente, não notificadas, que não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo Partido.

Solicita-se que o Partido informe a ECFP sobre o montante total das coimas já conhecidas aplicadas pelo Tribunal Constitucional e que são da responsabilidade do PEV.

Solicita-se a eventual contestação.

4. Circularização de Saldos e Transacções – Não Obtenção de Respostas de Fornecedores

Com vista à obtenção de confirmação externa (por parte dos outros devedores e credores) dos saldos e das transacções realizadas pelo PEV durante o exercício, a AB – António Bernardo, a pedido da ECFP, procedeu à circularização dos saldos de outros devedores e credores. Não foram obtidas as respostas dos fornecedores seguintes: CTT, Tipografia Belgráfica, Fotolitária, Sinais de Fumo e Geotur.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 5.6 - que:

"Foi efectuada uma circularização (a qual representa 26% dos saldos devedores e 73% dos saldos credores dos saldos de Outros Devedores e Credores) aos seguintes terceiros, para a confirmação dos saldos registados na contabilidade:

(...)

Até à data de elaboração deste nosso relatório foram recebidas 6 respostas ao nosso pedido."

Solicita-se que o PEV insista junto das Entidades acima referidas, no sentido de responderem ao requerido, com a maior brevidade, assinalando a concordância ou a divergência (quantificando-a) relativamente aos saldos e transacções constantes dos registos contabilísticos do PEV. Este procedimento é fundamental para se obter a confirmação, por parte de terceiros, de que os saldos estão correctos e para a ECFP confirmar que não existem outras responsabilidades para além das escrituradas.

5. Resultado do Exercício Sobreavaliado – Não Registo da Estimativa de Férias, Subsídio de Férias e Respectivos Encargos referente ao Empregado Contratado em 2008

De salientar que o Partido não procedeu ao registo, nas contas de 2008, de qualquer estimativa de férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar, em 2009, ao empregado contratado no exercício de 2008 e cuja responsabilidade diz respeito a esse exercício. Assim, conclui-se que o resultado apurado no exercício se encontra sobreavaliado. Contudo, como a ECFP não dispõe de informação para o efeito, não é possível aferir sobre o respectivo montante.

Assim, solicita-se que o Partido informe a ECFP sobre o montante da remuneração mensal, remeta o respectivo comprovativo e quantifique a referida responsabilidade.

A situação revela alguma deficiência na organização contabilística, o que configura um incumprimento do artigo 12.º da Lei 19/2003.

6. Insuficiência de Informação e/ou inexistência do Suporte Documental de Algumas Despesas

No decurso da auditoria foram identificadas deficiências no suporte documental de diversas despesas, nomeadamente: (i) combustíveis; (ii) quilómetros em viatura própria; (iii) inexistência de documento comprovativo da

presença/participação em congressos; (iv) inexistência de documento de suporte a despesas registadas; etc.

Apresentam-se, resumidamente, algumas das situações descritas, no parágrafo 1.1.2 do relatório de AB – António Bernardo, no quadro abaixo:

(Euros)

Descrição	Montantes
Insuficiência de informação dos documentos de suporte à despesa	679
Despesas relacionadas com abastecimentos sem identificação da matrícula ou nome do proprietário	1.922
Despesas de quilómetros, em viatura própria, sem identificação da matrícula e do percurso efectuado	2.721
Despesa que, simultaneamente, apresenta quilómetros percorridos e abastecimento de combustível	144
Despesas com “tempo de antena” em que não se encontra evidenciada a data de realização nem a sua duração	2.885
Serviços de intérprete sem indicação do motivo da contratação	180
Despesas sem evidência da participação em Congressos e sem evidência do número de pessoas que se deslocaram ao Congresso	1.845
Inexistência de suporte documental para despesas registadas	182
Recibos que evidenciam “Consultoria” como actividade exercida sem especificação do serviço prestado	6.431
Documentos sem evidência do critério de repartição e a taxa de imputação da despesa pelos diferentes centros de custo	19.711

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.2- que:

"Nas acções de propaganda política nem sempre são discriminados o número de pessoas abrangidas (pelas refeições ou pelos alugueres e salas) ou a actividade desenvolvida pelos prestadores de serviços, como acontece com os seguintes:

*(conforme **nota 2 do ponto 6.2.1.1)***

(...)

Existem documentos referentes a abastecimentos, que não indicam as matrículas das viaturas (para permitir confirmar se dizem respeito a viaturas

que sejam propriedade do PEV) nem os nomes dos proprietários das mesmas (nos casos em que não sejam sua propriedade), para permitir o cruzamento com as doações comunicadas pelo Partido:

*(conforme **nota 2 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Existem documentos relativos a quilómetros percorridos, em viatura própria, que não descrevem os percursos nem as matrículas das viaturas, como é o caso das seguintes:

*(conforme **nota 9 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Foi detectada uma despesa que, simultaneamente, apresenta quilómetros percorridos e abastecimento de combustível (não indicando qualquer matrícula):

*(conforme **nota 55 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

*Despesas com "tempo de antena" que não indicam a data em que teve lugar e qual a sua duração (conforme **nota 17 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

*Existe uma despesa com serviços prestados por intérprete, mas que não indica o motivo (justificação) para a sua contratação (conforme **nota 17 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Não existência de evidência da presença/participação em congressos:

*(conforme **nota 44 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

*(conforme **nota 51 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Não existência de indicação e de evidência do número de pessoas que se deslocaram a congresso:

*(conforme **nota 45 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Não existência de suporte documental para a despesa lançada em custos:

*(conforme **nota 62 ao ponto 6.2.1.1**):*

(...)

*(conforme **nota 63 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Recibos que indicam como actividade exercida a de consultoria, sem especificar o tipo de consultoria de que se trata:

*(conforme **nota 71 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Alguns documentos não indicam o critério de repartição e a taxa de imputação utilizados, da despesa pelos diversos centros de custos, como nos seguintes casos:

*(conforme **nota 6 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Não indicação do motivo para o lançamento num centro de custo relativo a acampamento Ecolojovem de despesas de correio:

*(conforme **nota 23 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)

Não indicação do motivo para o lançamento no centro de custos relativo a reunião do Colectivo Regional de despesas com combustíveis, portagens, estacionamento e alimentação:

*(conforme **nota 25 do ponto 6.2.1.1**):*

(...)”

Face ao exposto, as despesas apresentadas pelo Partido poderão ser consideradas como não estando adequadamente suportadas do ponto de vista documental ou serem consideradas como não documentadas. Adicionalmente, verifica-se violação do dever genérico de organização nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

Solicita-se a eventual contestação.

7. Eventual devolução do montante do IVA Reembolsado no Âmbito das Campanhas Eleitorais e que tenha sido objecto de Subvenção Estatal. Impossibilidade de quantificar com exactidão tais montantes face à informação disponível.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Balanço evidencia no Activo, na rubrica do Estado e Outros Entes Públicos, o montante de 6.565 euros relativo a reembolsos de IVA solicitados pelo Partido em 2008. Em 2009, o Partido foi reembolsado em 1.749 euros. De referir que em 2008, o Partido reconheceu na rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias o montante de 3.796 euros, referente ao valor de IVA cujo reembolso não foi aceite pelos serviços do IVA com referência ao exercício de 2006.

É entendimento da ECFP que, para a definição do montante máximo da Subvenção Estatal, de acordo o n.º 4 do art.º 18º da Lei 19/2003, as despesas de Campanha não devem incluir o montante do IVA para o qual foi solicitado o reembolso. Sendo o objectivo da Subvenção a cobertura de despesas, não poderá abranger uma despesa que tenha sido ou venha a ser reembolsada, pois sendo reembolsada está já coberta (e não é efectivamente um gasto ou custo). Caso a Subvenção cubra também o montante de IVA reembolsado, os Partidos acabariam por receber esse valor em duplicado. Face ao exposto, não é possível aferir quais os montantes do IVA, relativo às Campanhas ocorridas no ano de 2008 e em anos anteriores, designadamente Legislativas e Autárquicas de 2005, que tenham sido, eventualmente, objecto de reembolso através dos Serviços do IVA e que tenham sido também pagos, através da Assembleia da República, via Subvenção.

Solicita-se ao PEV que indique se alguns dos reembolsos solicitados/recebidos de IVA respeitam às despesas incorridas nas Legislativas ou Autárquicas de 2005 e se/quando é que estes reembolsos foram solicitados e recebidos. Solicita-se, também, que confirme à ECFP se as Despesas das Campanhas Legislativas e Autárquicas de 2005 foram ou não apresentadas à Assembleia da República e ao Tribunal Constitucional, com IVA incluído, e se as Subvenções recebidas do Estado relativamente a estas Campanhas de 2005 incidiram sobre despesas com IVA, cujo reembolso havia sido pedido/obtido. Idêntico pedido se formula em relação à Campanha eleitoral ocorrida em 2007 para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e em 2008 para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

D. Conclusão

Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, excepto quanto ao efeito da situação referida no Ponto 3 da Secção C e excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas nos Pontos 1 a 7 da Secção C e a outras situações de incumprimento referidas no Ponto 6 da Secção C, nada mais chegou ao conhecimento da ECFP que leve a concluir sobre a existência de outras situações relevantes que possam afectar as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **PEV** com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

É impossível à ECFP, na ausência de elementos e de esclarecimentos adicionais, quantificar o impacto da maioria das limitações de âmbito descritas na Secção C, quer quanto aos proveitos quer quanto aos custos. O esclarecimento destas limitações de âmbito poderá determinar correcções significativas aos valores dos custos e proveitos declarados pelo PEV nas suas Contas anuais de 2008 e dos Capitais Próprios declarados em referência a 31 de Dezembro de 2008.

E. Ênfase

Sem afectar as conclusões expressas no parágrafo anterior, chama-se a atenção para a situação seguinte:

Não foram reconhecidos nas contas anuais de 2008 os proveitos obtidos, nem os custos associados às actividades do Grupo Parlamentar à Assembleia da República, procedimento esse que a ECFP considera correcto e que corresponde ao entendimento do Tribunal Constitucional.

Lisboa, 11 de Junho de 2010

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d'Oliveira Martins (Presidente)

Jorge Galamba (Vogal)

Pedro Travassos (Vogal e Revisor Oficial de Contas)